

PROCESSO Nº: 2.040-0/2014

PRINCIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO MUNICIPAL

RESPONSÁVEL: LUIS CARLOS QUEIROZ

DESPACHO: 087/2018

Após a aplicação de multa por meio do Acórdão nº 232/2015-SC, publicado no Diário Oficial de Contas do dia 14/01/2016, constatou-se Interposições de Embargos de declaração, o qual foi dado provimento parcial por meio do Acórdão nº 22/2016/PC e Recursos Ordinários, os quais foram dado provimento parcial por meio do Acórdão nº 357/2017-TP, o sancionado foi notificado mediante Ofício nº 382/2018/NCCS, contudo, o AR foi devolvido por motivo “endereço insuficiente”, conforme informação da Gerência de Controle de Processos Diligenciados.

Sendo assim, **NOTIFICO**, via edital, o Sr. **LUIS CARLOS QUEIROZ**, com fundamento nas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 030/2014, publicada no Diário Oficial de Contas do dia 20/03/2014, quanto ao recolhimento da MULTA de **12 UPFs/MT**.

A multa deverá ser recolhida ao Fundo de Reparcelamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, vencível em **13/10/2018**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas - www.tce.mt.gov.br/fundecontas. O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação.

Caso o débito não seja quitado, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos do art. 293, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007 TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Publique-se.

Cuiabá, 14 de setembro de 2018.

